

ORGANIZADORES

Daiane Scheid
Jones Machado
Patrícia M. Pêrsigo

TENDÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Temas emergentes no contexto das organizações

Frederico Westphalen, 2019

FACOS – UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor Paulo Afonso Burmann

Vice-reitor Luciano Schuch

Diretor do CCSH Mauri Leodir Lobler

Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação Rodrigo Stéfani Correa

FACOS-UFSM

Diretora Editorial Ada Cristina Machado da Silveira

Editora Executiva Sandra Depexe

Comissão Editorial Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)

Eduardo Andrés Vizer (UBA)

Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)

Flavi Ferreira Lisbôa Filho (UFSM)

Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)

Marina Poggi (UNQ)

Paulo César Castro (UFRJ)

Sonia Rosa Tedeschi (UNL)

Veneza Mayora Ronsini (UFSM)

Conselho Técnico Aline Roes Dalmolin (UFSM)

Administrativo Leandro Stevens (UFSM)

Liliane Dutra Brignol (UFSM)

Sandra Depexe (UFSM)

ISBN: 978-85-8384-091-6

T291 Tendências em comunicação organizacional [recurso eletrônico] : temas emergentes no contexto das organizações / organizadores Daiane Scheid, Jones Machado, Patrícia M. Persigo. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2019.
1 e-book : il.

“EstratO (Grupo de Pesquisa em Estratégias Mídiaicas Organizacionais)”

1. Comunicação organizacional 2. Comunicação empresarial I. Scheid, Daiane II. Machado, Jones III. Pérsigo, Patrícia M.

CDU 65.012.45

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Cristine Kaufmann
Rudimar Baldissera

É inegável que o clima é de urgência. Vivemos o que Morin (2013) denomina de “cenário de policrises”, dinamizado pela globalização e pelo sistema capitalista; crises múltiplas e variadas, uma crise da humanidade. Nessa techedura, as hegemônicas concepções de mundo, ligadas àquilo que se convencionou denominar de ‘progresso’ e que nos conduziram à atual situação de crise, precisam ser questionadas e (res)significadas em direção de (re)conhecermos o mundo sob o prisma da interdependência sistêmica.

É nesse cenário que muitas noções vão ganhando espaço e até mesmo centralidade no discurso organizacional, como é o caso da noção de responsabilidade socioambiental, e que diz respeito à postura ética que um sujeito (indivíduo/organização) assume em relação a outro(s) sujeito(s) e ao meio ambiente, visando a sustentabilidade da vida. Portanto, pode ser considerada uma forma de operacionalizar a noção de sustentabilidade que, em sentido complexo e profundo, envolve a sustentação de todas as formas de vida. Assim, não se reduz à sustentação do sistema econômico – até porque a natureza é o limite da economia (CECHIN, 2010) –, e exige o enfrentamento das formas de exploração e dominação que suportam o atual sistema capitalista (BALDISSERA & KAUFMANN, 2013a; 2013b; 2015; KAUFMANN, 2016). Nesse contexto, importa refletirmos sobre

a noção de responsabilidade socioambiental e sua operacionalização no âmbito da comunicação organizacional.

Para isso, apoiamo-nos em Rosa (2009) que, inspirada nas reflexões do filósofo Hans Jonas, afirma a existência de duas categorias de responsabilidade: a responsabilidade pelo que está para ser feito e a *ex-post-facto*. Atualmente, a responsabilidade *ex-post-facto*, em perspectiva socioambiental, é a preponderante, inclusive no sistema de legislação ambiental (autorização de instalações justificadas pelas compensações ou indenizações). Trata-se, obviamente, de uma forma de se responsabilizar pelos atos cometidos. Entretanto, se, por um lado, esse modelo gera responsabilização para quem realizou algo, no sentido de diminuir os danos e/ou corrigir as consequências (ROSA, 2009), por outro, reduz tudo à lógica econômica, sendo que ao precificar o prejuízo tende a também estimular os que detêm mais poder econômico a agirem segundo seus objetivos/desejos, uma vez que, caso seja necessário, podem arcar com tais ‘preços’. Além disso, de acordo com Rosa (2009), essa definição de responsabilidade *ex-post-fato* ignora as gerações futuras, pois dificulta o reconhecimento da existência do outro – alteridade – e dos casos de danos ambientais futuros, como a poluição e o desmatamento.

O Princípio 16 da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento proclamada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na Rio 92, denominado “poluidor-pagador”, é destacado por Rosa (2009, p. 35) como exemplo de responsabilidade *ex-post-fato*, visto postular que “[...] é o poluidor que deve em princípio assumir o custo da poluição no cuidado do interesse público e sem falsear o jogo do comércio internacional e do investimento”. Conforme Rosa (2009, p.

36), essa definição corrobora e reafirma o atual “quadro ideológico das práticas sociais”, sendo “apropriado e desejável” para “salvar a lógica econômica”. Diante disso, questiona: “como assumir o custo de uma degradação irreversível que, além disso, aparecerá somente no futuro?”. E assevera: “a reação *post-facto* típica dessa ética não terá realmente sentido para as gerações futuras”, pois tende a ignorar ou a não reconhecer o outro que está no “cerne do princípio da responsabilidade”.

Temos, então, que a “ética” que orienta a responsabilidade pelo que foi feito tende a ignorar as gerações futuras e, em especial, a alteridade, reduzindo as relações a negócios lucrativos. Ética essa que se contrapõe até ao conceito de sustentabilidade⁸³ assumido no discurso organizacional, que versa sobre a responsabilidade para com as gerações futuras. Essa responsabilidade ‘cosmética’ está ancorada no que denominamos de corrente de manutenção do sistema capitalista (KAUFMANN, 2016), tendo como base os conceitos/modelos *Triple Bottom Line*⁸⁴ e a Economia Verde. De acordo com Caporal e Costabeber (2000), o enfoque dessa corrente tem como versão mais conhecida a difundida pelo Relatório Brundtland, onde foi cunhado, na década de 1980, o termo “desenvolvimento sustentável”. Mesmo tendo sofrido sofisticações discursivas, o conceito mantém o foco na incessante busca pelo

⁸³ A noção de sustentabilidade mais empregada no discurso organizacional está ancorada no conceito de desenvolvimento sustentável, que é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (KAUFMANN, 2016).

⁸⁴ Esse é um dos conceitos/modelos de sustentabilidade mais acionado em documentos oficiais de eventos relacionados à temática e nas ofertas discursivas de organizações consideradas modelo em sustentabilidade (KAUFMANN & BALDISSERA, 2012; 2013a).

alinhamento entre os problemas socioambientais e o desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico). Assim, procura manter o sistema capitalista através de um otimismo tecnológico alimentado pelas leis do mercado, propondo ajustes no que se refere à exploração dos recursos naturais e enfrentamento dos problemas sociais. Ajustes, esses, que vão desde a precificação da natureza, compreendida como um serviço, até a compensação pelos impactos ambientais e sociais (KAUFMANN, 2016).

Em perspectiva teórica, o *Triple Bottom Line*, cunhado na década de 1990 por John Elkington, define a sustentabilidade como o equilíbrio da prosperidade econômica (baseado no capital financeiro, resultados financeiros; estende-se para o capital humano, intelectual, natural e social), da qualidade ambiental (ecoeficiência – foco no fornecimento de bens a preços competitivos, que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, enquanto reduzem, progressivamente, a um nível suportável pela Terra, os impactos ecológicos e a intensidade de recursos durante o ciclo de vida) e da justiça social (centrado nas questões do bem-estar social, tanto em relação aos impactos sociais das organizações, quanto ligados às demandas que necessitam da intervenção organizacional, vislumbrando a diminuição das desigualdades, o respeito e o envolvimento das comunidades no negócio; o desenvolvimento de relações éticas e transparentes com todos os públicos com os quais a organização se relaciona) (ELKINGTON, 2000). Assim, propõe aliança entre o capitalismo e a sustentabilidade.

Alinhado às premissas do *Triple Bottom Line*, o conceito de Economia Verde, apresentado em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de um plano global de transição para uma economia

verde. Conforme o primeiro Relatório de Economia Verde, lançado em 2011,

[...] uma economia verde tem baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e é socialmente inclusiva. [...] o crescimento de renda e emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzam as emissões de carbono e a poluição, aumentem a eficiência energética e o uso de recursos e impeçam a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. [...]. O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando necessário, reconstruir o capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos. [...]. O objetivo chave [...] é possibilitar o crescimento econômico e investimentos, aprimorando ao mesmo tempo a qualidade ambiental e a inclusão social (PNUMA, 2011, p. 17).

Aqui, apesar de ser evidente a ideia de que o sistema precisa sofrer mudanças para alcançar a sustentabilidade, não há questionamento profundo dos valores historicamente alimentados pelo sistema capitalista de mercado. As propostas estão focadas na ideia de que as “externalidades” (LEFF, 2010) – questões socioambientais – precisam ser inseridas no processo. Assim, no movimento dos sentidos de sustentabilidade filiados a essa corrente, mudam-se as cores, sofisticam-se o discurso, mas os valores basilares permanecem intactos.

De acordo com Leff (2010), propostas como a do *Triple Bottom Line* e a da Economia Verde estão baseadas na racionalidade econômica em que, pela dominação e exclusão, a natureza é superexplorada gerando degradação socioambiental, perda da diversidade biológica e cultural, além da pobreza associada à

destruição de recursos dos povos e a dissolução de suas identidades étnicas. Complementarmente, em perspectiva da complexidade, esses conceitos/modelos estão calcados naquilo que Morin (2006) definiu como paradigma simplificador, pois que a problemática socioambiental, reduzida a modelos fechados, é circunscrita a três dimensões (desprezando outras como a cultural, ética, política, espiritual) e/ou a propostas exclusivamente reformistas que ignoram a interdependência sistêmica. Conforme Leff (2010), não há internalização das “externalidades”; a economia continua operando sob a mesma lógica reducionista e simplificadora, convertendo a natureza e os sujeitos em bens de mercado.

Por sua vez, a categoria de responsabilidade pelo que virá a ser feito, apresenta a perspectiva de uma ética ampliada e de interdependência sistêmica. Busca evitar prejuízos e danos socioambientais, conforme Rosa (2009, p. 36), orientando “as ações rumo a um outro cenário”, até porque,

Segundo o pensamento ecológico, a reação deve ter o lugar antes que a ação potencialmente consequente seja posta em prática! [...] essa reação emerge a partir de um sentimento ético de reconhecimento do outro. [...] nos exorta a nos sentirmos responsáveis pelos efeitos que possam vir a ser causados a ele de uma escolha que é ou poderá ser tomada por nós hoje.

A ética da preservação leva em consideração a ideia de que o sujeito da ação tem um dever em relação ao outro, diferente da ética da compensação que demonstra que o único dever das organizações é para consigo mesmas.

Nesse contexto, é fundamental a construção de uma racionalidade ambiental que “[...] demanda a transformação dos

paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, hibridização e interpretação de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização interdisciplinar do conhecimento” (LEFF, 2001, p. 167). A sustentabilidade pressupõe o diálogo de saberes, num regime democrático, o que pressupõe a participação dos sujeitos no processo de produção de suas condições de existência. Esse diálogo é o encontro com a alteridade. Ainda segundo o autor, a sustentabilidade baseada em uma política da diversidade e da diferença implica fazer desbancar o regime dominante do mercado como medida de todas as coisas. Essa outra economia, acarreta processos, racionalidades, lógicas, valores e sentidos muito diferentes, que ultrapassam a sujeição e a submissão das “externalidades” à racionalidade econômica; trata-se de uma mudança cultural profunda, construindo outro processo civilizatório, fundado em uma diversidade de economias locais articuladas.

A responsabilidade socioambiental pelo que virá a ser feito, ancorada na sustentabilidade da vida, questiona a ordem posta, sustentada em compensações e indenizações que fortalecem um sistema explorador e destruidor. Questionar a ordem posta, preconizando outras formas de operacionalizar a noção de responsabilidade socioambiental, exige também problematizar a comunicação organizacional (concepções e práticas) para superar o simples uso discursivo estratégico do dar-se a ver como organização com responsabilidade socioambiental objetivando ganhos de “imagem-conceito”⁸⁵ e poder simbólico (BOURDIEU, 2002).

⁸⁵ “A imagem-conceito é compreendida/explicada como um construto simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizada pela alteridade [...] mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas,

Operacionalizar a responsabilidade pelo que será feito, reivindica que a comunicação realmente seja orientada para o diálogo e para a transformação profunda da realidade.

É preciso fazer emergir as alternativas que foram submersas pelo paradigma dominante (e simplificador) quando declarou que elas não existiam ou não eram legítimas, apagando ou destruindo a realidade que elas tentaram/tentam representar (SHIVA, 2003). Então, no combate às “monoculturas da mente” (SHIVA, 2003) é preciso questionar a comunicação que serve exclusivamente aos saberes dominantes, é necessário um agir intransigente, atento, crítico e inquieto. A comunicação com vistas à transformação profunda exige ser dialógica, dinâmica, inclusiva, sensível às identidades e diferenças que configuram a existência. Trata-se da comunicação que tem função pedagógica e política, pois que está orientada para a transformação do mundo e do paradigma simplificador em que estamos inseridos. Nessa direção, a comunicação deve estar, de fato, orientada para relações (o conceito de relação guarda em si conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade) e não para meros contatos (FREIRE, 1981).

Quando a comunicação é orientada para a manutenção do atual sistema, pode ser considerada uma comunicação de contato, pois seus objetivos conduzem à reprodução do mesmo, ainda que as maquiagens discursivas disfarcem essas intenções. A comunicação de relações é, com efeito, a comunicação que considera a diversidade do

intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado” (BALDISSERA, 2004, p. 278).

mundo da vida; é a comunicação que busca a transformação através do protagonismo de todos os sujeitos envolvidos. É a comunicação que sacode a passividade política (PERUZZO, 1986), pois se volta para a construção da cidadania e para a manutenção da vida para além do sistema econômico. Essa comunicação orientada para o diálogo visa a reconexão, o reencontro, a comunhão, reconhecendo todos os saberes como legítimos e necessários à mudança de via. Uma comunicação ética, multicolorida, diversa como uma ‘floresta nativa’ e não monocromática como uma ‘plantação de eucaliptos’. Uma comunicação libertadora e não domesticadora, que problematize as relações entre os sujeitos e desses com o mundo, possibilitando o aprofundamento da tomada de consciência sobre nossa realidade (FREIRE, 2017). Como bem destacam Aragão e Navarro (2004, 112), para Freire (1999), dialogar é “assumir posturas mais críticas e conscientes da realidade e de nós próprios e poder problematizar nossos conhecimentos frente a esta realidade para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”.

A comunicação dialógica “permite atuarmos com maior discernimento e de forma mais perceptiva e atenta em relação aos problemas do mundo, que precisamos enfrentar” (ARAGÃO; NAVARRO, 2004, p. 109). É nessa direção que podemos produzir caminhos mais criativos para a humanidade, em consonância com o enfrentamento dos problemas socioambientais. As crises podem gerar aprendizagem, mas exigem que nos movimentemos para o diálogo, para a comunicação educadora (não aprisionadora), para a comunicação que compartilha e gera comunhão de conhecimento.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Ana L. A. NAVARRO, Almira. Diálogos em diálogo: David Bohm, Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. Revista Educação em Questão. v. 19, n. 05, jan./abr. 2004. p. 108-118.

BALDISSERA, Rudimar. Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação. Tese de Doutorado. Faculdade de Comunicação Social – PUCRS. Porto Alegre, 2004.

BALDISSERA, Rudimar. KAUFMANN, Cristine. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. Revista Organicom. A. 10, n. 18, 2013a. p. 59 – 70.

_____. Cartografia dos sentidos de sustentabilidade premiados no Guia Exame de Sustentabilidade 2012. In: NOVELLI, Ana L. MOURA, Claudia P. de. CURVELLO, João J. ABRAPCORP 2013: teorias e métodos de pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Edipucrs, 2013b. p. 138 – 158.

_____. Desafios da Comunicação para a Sustentabilidade em Tempos de Mudança Climática: o Lugar na Cultura, o Discurso Organizacional e as Ofertas de Sentidos. Revista Razón y Palabra. Número 91. México, setembro-novembro, 2015. p. 02 – 27.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAPORAL, Francisco R. COSTABEBER, José A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. V.1, n 1, Porto Alegre: 2000.

CECHIN, Andrei D. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

ELKINGTON, John. Canibais com Garfo e Faca. São Paulo: Makron Books, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Extensão ou comunicação? 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KAUFMANN, Cristine. BALDISSERA, Rudimar. Sobre o Modelo de Sustentabilidade instituído no âmbito da organização comunicada. VI ABRAPCORP – Comunicação, Discurso e Organizações. São Luiz-MA, 2012.

KAUFMANN, Cristine. Comunicação organizacional e sustentabilidade: cartografia dos sentidos de sustentabilidade instituídos no discurso organizacional. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, RS, 2016.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Discursos sustentáveis. Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. A via para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PERUZZO, Círcia K. Relações Públicas no modo de produção capitalista. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão. 2011.

Documento em PDF. Disponível em:

<http://www.fapesp.br/rio20/media/Rumo-a-uma-Economia-Verde.pdf>.

Acesso em: julho de 2017.

ROSA, Teresa da S. Os fundamentos do pensamento ecológico do desenvolvimento. IN: VEIGA, José E. (org.) Economia Socioambiental. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. p. 25 – 46.

SHIVA. Vandana. As monoculturas da mente. São Paulo: Gaia, 2003.